

ANEXO I DO EDITAL N.º 14.01/2025 – ESPELHO DE CORREÇÃO DA PROVA DISCURSIVA**CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO****QUESTÃO 01**

A Administração Pública contemporânea opera sob o duplo imperativo da transparência e da proteção à privacidade, princípios consagrados, respectivamente, pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/2018).

Dessa forma, considerando as atribuições e a atuação de um Assistente Administrativo, que lida diariamente com documentos, processos e atendimento ao público na Câmara Municipal, escreva uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas sobre o Equilíbrio entre a Transparência Pública (Lei de Acesso à Informação) e a Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no Cotidiano do Servidor Administrativo Municipal.

Em sua redação, discorra sobre como o servidor deve conciliar o dever de garantir o acesso à informação pública com a responsabilidade de proteger dados pessoais e sensíveis no seu dia a dia de trabalho. Apresente exemplos práticos de situações em que esse equilíbrio é fundamental para a legalidade dos atos e para o bom atendimento ao cidadão.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

Nesta questão discursiva, espera-se que o candidato demonstre conhecimento sobre dois importantes diplomas legais do conteúdo programático (LAI e LGPD) e, principalmente, a capacidade de aplicá-los de forma articulada às rotinas do cargo de Assistente Administrativo. A resposta deve evidenciar a compreensão de que o princípio da publicidade não é absoluto e encontra limites na proteção dos direitos fundamentais à privacidade e à intimidade.

Critérios de avaliação:

Conhecimento dos Diplomas Legais (LAI e LGPD): o candidato deve demonstrar que compreende os objetivos centrais de cada lei.

- *Lei de Acesso à Informação (LAI): Conceituar como a regra geral da Administração Pública, que visa assegurar o direito fundamental de acesso a informações públicas, promovendo a transparência e o controle social.*
- *Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): Conceituar como a norma que estabelece regras sobre o tratamento de dados pessoais (coleta, uso, armazenamento, compartilhamento) por pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, com o objetivo de proteger os direitos de liberdade e de privacidade.*

Análise do Equilíbrio e da Aplicação Prática: o candidato deve analisar como o servidor deve atuar na prática para harmonizar as duas leis, demonstrando senso crítico.

- *Deve argumentar que a transparência é a regra, mas a LGPD estabelece as exceções legítimas, especialmente no que tange a dados pessoais (identificam uma pessoa) e dados sensíveis (origem racial, convicção religiosa, saúde, etc.).*
- *Deve conectar essa análise às atribuições do cargo, como a tramitação de processos, elaboração de ofícios e atendimento ao público, explicando como o cuidado no manuseio da informação é crucial.*

Exemplificação Prática: é fundamental que a dissertação seja enriquecida com exemplos práticos e pertinentes ao cotidiano de uma Câmara Municipal. O candidato pode citar, por exemplo:

- *Ao atender um pedido de um cidadão via LAI para obter cópia de um processo administrativo, o servidor deve fornecer o documento, mas antes deve ocultar (tarjar) informações pessoais de terceiros, como CPF, RG, endereço residencial, telefone ou e-mail.*
- *Na elaboração de uma portaria de nomeação ou de uma lista de inscritos em um concurso, deve-se publicar as informações estritamente necessárias ao interesse público (nome, cargo), evitando a exposição de dados desnecessários.*
- *No atendimento a um requerimento que envolva informações sobre a folha de pagamento, diferenciar as informações de interesse público (cargo, remuneração bruta) daquelas de caráter privado (empréstimos consignados, descontos de plano de saúde, endereço), que são protegidas.*

Estrutura Textual e Norma Culta: a resposta deve apresentar uma estrutura lógica (introdução, desenvolvimento, conclusão), com coesão e coerência entre os parágrafos. Deve ser redigida em conformidade com a norma culta da língua portuguesa, com correção ortográfica, gramatical, pontuação e clareza.

- *Ao final, a avaliação considerará a capacidade do candidato de articular os dois conceitos legais, aplicando-os de forma crítica e responsável às rotinas administrativas do cargo, demonstrando aptidão para exercer a função com zelo pela legalidade e pelo direito do cidadão.*

CARGO: TÉCNICO LEGISLATIVO**QUESTÃO 01**

O Processo Legislativo é o conjunto ordenado de atos que devem ser seguidos para a produção de leis e outros atos normativos. Na esfera municipal, ele é regido fundamentalmente pela Lei Orgânica e pelo Regimento Interno da Câmara. O cargo de Técnico Legislativo é peça-chave na operacionalização desse processo, garantindo que cada etapa seja cumprida com rigor técnico e legal.

Dessa forma, considerando as atribuições e a atuação do Técnico Legislativo, escreva uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, sobre a importância do Rigor Formal no Processo Legislativo Municipal e o Papel do Técnico Legislativo para a Validade dos Atos Normativos.

Em seu texto, discorra sobre como a atuação diligente de um Técnico Legislativo — ao receber, classificar, autuar e dar encaminhamento às proposições (Projetos de Lei, Resoluções, etc.) — é fundamental para assegurar a legalidade, a legitimidade e a transparência do trabalho da Câmara Municipal. Utilize exemplos práticos para ilustrar como falhas nesses procedimentos podem comprometer todo o processo de criação de uma norma.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

Nesta questão discursiva, espera-se que o candidato demonstre conhecimento aprofundado sobre o funcionamento do Processo Legislativo Municipal e consiga articular essa teoria com as atividades práticas e essenciais do cargo de Técnico Legislativo. A resposta deve ir além da simples descrição de tarefas, focando na consequência e na importância de cada ato para a validade final da norma.

Critérios de avaliação:

Compreensão do Processo Legislativo Municipal: O candidato deve demonstrar entendimento sobre o que é o Processo Legislativo, sua finalidade e a importância de seguir os ritos formais previstos na Lei Orgânica e no Regimento Interno. Deve-se ressaltar que a forma, no direito público, é garantia de legalidade.

Análise do Papel do Técnico Legislativo: A dissertação deve focar em como as atribuições do cargo são cruciais para a integridade do processo. O candidato deve argumentar que o Técnico Legislativo não é um mero executor de tarefas, mas um garantidor da regularidade procedimental. A análise deve conectar a execução correta das tarefas aos princípios da Administração Pública, como Legalidade, Publicidade e Eficiência.

Exemplificação Prática e Pertinente: É essencial que o candidato utilize exemplos concretos, diretamente ligados às suas atribuições, para fundamentar a argumentação. Poderão ser citados:

- **Recebimento e Classificação:** Explicar que classificar incorretamente um Projeto de Lei como um Requerimento (ou vice-versa) pode levar a uma tramitação errada, atrasos ou até a nulidade do ato por vício de forma.
- **Autuação e Numeração:** Destacar que a autuação e a numeração correta das proposições criam um registro oficial e cronológico, essencial para a transparência, o controle e a segurança jurídica, permitindo que qualquer cidadão acompanhe a tramitação.
- **Encaminhamento e Informação:** Ilustrar como o encaminhamento correto para as comissões técnicas pertinentes é uma etapa indispensável para a análise de mérito e constitucionalidade. Uma falha aqui pode invalidar a votação em plenário. Prestar informações corretas sobre o andamento garante o princípio da Publicidade.
- **Confecção do Diário da Câmara:** Apontar esta tarefa como o ápice da publicidade dos atos, tornando-os eficazes perante a sociedade.

Coerência, Coesão e Norma Culta: O texto deve ser bem estruturado, com argumentos organizados de forma lógica e clara. A redação deve seguir a norma culta da língua portuguesa, com atenção à ortografia, pontuação, concordância e regência.

- Ao final, a avaliação considerará a capacidade do candidato de demonstrar que compreende a dimensão de responsabilidade do seu cargo, entendendo que a precisão em suas tarefas diárias é o que sustenta a legitimidade das leis e atos produzidos pelo Poder Legislativo Municipal.

CARGO: TÉCNICO EM INFORMÁTICA**QUESTÃO 01**

Elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, sobre como a integração de ferramentas de Inteligência Artificial (IA) generativa, como o ChatGPT e o Copilot, em ambientes corporativos representa uma inovação significativa. Considerando que órgãos públicos podem utilizar sistemas operacionais diversos, como o Linux Ubuntu, em seus servidores e estações de trabalho, fale, ainda, sobre os benefícios e os desafios técnicos e de segurança inerentes à implementação e ao uso responsável dessas ferramentas de IA nesse ambiente específico.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

A integração de ferramentas de Inteligência Artificial generativa, como ChatGPT e Copilot, em um ambiente corporativo baseado na distribuição Linux Ubuntu, oferece benefícios promissores, mas impõe desafios técnicos e de segurança que demandam atenção rigorosa, especialmente no contexto de órgãos públicos.

Entre os principais benefícios, destaca-se o aumento da produtividade da equipe de TI. No Ubuntu, a IA pode automatizar a criação de scripts em Bash para tarefas repetitivas de administração de sistemas, como backups, monitoramento de logs e gestão de usuários. Além disso, essas ferramentas funcionam como um suporte técnico avançado, capaz de ajudar na depuração de erros, explicar a sintaxe de comandos complexos e sugerir soluções para problemas comuns, agilizando a resolução de incidentes. Outro ponto positivo é a custo-efetividade, já que a natureza de código aberto do Ubuntu se alinha bem com o acesso via navegador ou API da maioria das IAs, evitando custos adicionais com licenças de software.

Contudo, os desafios e riscos são significativos. O ponto mais crítico é a segurança dos dados. Como o processamento das consultas geralmente ocorre em servidores na nuvem de terceiros, existe um risco iminente de vazamento de informações confidenciais dos órgãos públicos, como dados pessoais de cidadãos, projetos de lei ou informações internas estratégicas. Isso implica em sérias violações à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), tornando essencial a implementação de políticas de uso que proibam expressamente o envio de dados sensíveis para essas plataformas. Outro desafio é a dependência de conectividade e a complexidade de integração, pois o funcionamento depende de internet estável e uma integração nativa no terminal do Ubuntu não é simples, sendo mais acessível via interface web, o que pode quebrar o fluxo de trabalho. Por fim, a falta de confiabilidade absoluta ("alucinações" da IA) representa um risco operacional: scripts ou comandos gerados automaticamente podem conter erros ou vulnerabilidades, exigindo sempre a validação crítica e teste por um técnico de informática qualificado antes da execução.

Portanto, embora o uso da IA generativa no Linux traga ganhos de eficiência, sua implementação na administração pública deve ser precedida de uma política de segurança da informação clara, treinamento da equipe sobre os riscos e a adoção de um modelo de uso que privilegie a consulta a informações genéricas, nunca confidenciais, assegurando assim a inovação sem comprometer a segurança e a conformidade legal.

CARGO: ADVOGADO**QUESTÃO 01**

João da Silva, brasileiro, casado, portador do RG nº 000000, inscrito no CPF/MF sob o nº 00000000, residente e domiciliado na Rua do Sol, s/n, Curitiba, Paraná, ajuizou Ação de Usucapião em face do Município de Pinhaís, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Wanda dos Santos Mallmann, 536 – Pinhaís – PR – CEP: 83323-400, distribuída sob o nº 9999999-99.2025.8.16.0035, perante a 1ª Vara Cível da Comarca de São José dos Pinhais/PR, atribuindo à causa o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Na inicial, o autor afirmou exercer posse sobre imóvel urbano com área de 5.000 m², avaliado em mais de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), desde 27/07/2002, e requereu o reconhecimento da prescrição aquisitiva em seu favor.

O terreno em questão pertence ao Município de Pinhaís há mais de 50 anos, estando destinado à construção de Escola Municipal, cuja obra já conta com recursos aprovados pelo Estado. Consta, ainda, que o Município notificou extrajudicialmente o autor em 29/08/2003, advertindo-o sobre o uso irregular da área.

Observa-se que o autor não juntou aos autos procuração, inexistindo instrumento de mandato.

Na qualidade de advogado(a) do Município de Pinhaís, elabore a peça processual cabível utilizando, no máximo, 100 (cem) linhas, apresentando todos os argumentos de fato e de direito necessários à defesa do ente público, abordando as preliminares e o mérito, bem como formulando os pedidos pertinentes.

Atenção: A peça deve respeitar as disposições legais e processuais aplicáveis, conter fundamentação jurídica adequada, endereçamento, qualificação, exposição dos fatos, preliminares, mérito, pedidos, local, data, assinatura e número da OAB.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01**1. Endereçamento e qualificação**

- Endereçamento ao Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de São José dos Pinhais/PR.
- Qualificação das partes (réu: Município de Pinhaís, já qualificado nos autos).

2. Preliminares

1. Incompetência territorial relativa (art. 47, CPC) – foro da situação do imóvel.
2. Irregularidade de representação processual – ausência de procuração (art. 104, CPC).
3. Valor da causa irrisório – deve corresponder ao valor real do imóvel (art. 292, II, CPC).
4. Impossibilidade jurídica do pedido – bem público insuscetível de usucapião (CF, art. 183, §3º e art. 191, par. único; CC, art. 102; Súmula 340 STF).

3. Mérito

- Caso superadas as preliminares, requerer a improcedência da ação, pois:
 - Imóvel é de propriedade do Município há mais de 50 anos.
 - Destinação pública: construção de Escola Municipal, com recursos já aprovados.

- Notificação extrajudicial em 29/08/2003 rompe alegação de posse pacífica.
- Posse do autor é precária, inviabilizando usucapião.

4. Pedidos

- Reconhecimento da incompetência territorial, se for o caso.
- Extinção do feito sem resolução de mérito por ausência de procuração.
- Retificação do valor da causa para o valor real do imóvel.
- Extinção do feito sem resolução de mérito pela impossibilidade jurídica do pedido.
- Subsidiariamente, improcedência da ação, com reconhecimento da imprescritibilidade dos bens públicos.
- Condenação do autor em custas e honorários.
- Protesta por provas admitidas em direito.

5. Estrutura formal

- Local, data, assinatura e nº da OAB.

CARGO: COMUNICADOR SOCIAL**QUESTÃO 01**

Em novembro de 2023 o Supremo Tribunal Federal concluiu um julgamento referente a uma ação aberta em 1995, sobre um fato ocorrido em 1966 e que, a partir de então, pode interferir significativamente em coberturas jornalísticas. A partir de um determinado caso, a Suprema Corte brasileira entendeu que jornais, rádios, emissoras de TV e portais na web são corresponsáveis por divulgação de informações falsas e resultou na seguinte tese (Tema 995, RE 1.075.412):

1. Veículos de comunicação podem ser responsabilizados civilmente pela divulgação de entrevistas que contenham acusações falsas contra terceiros, desde que fique demonstrado dolo (conhecimento da falsidade) ou culpa grave (negligência evidente na apuração).
2. Os jornais ou emissoras e portais devem verificar indícios concretos da veracidade das informações e devem oferecer direito de resposta ao acusado, bem como espaço equivalente para contestação.
3. Não há responsabilização automática se o veículo não teve controle sobre falas de entrevistados em programas ao vivo, seja em rádios, TVs ou portais da internet. Os veículos devem dispor de mecanismos para corrigir eventuais falsidades.
4. A decisão deve equilibrar liberdade de imprensa com direito à honra, imagem e dignidade da pessoa acusada.
5. Remoção do conteúdo falso deve ocorrer quando a falsidade for verificada, especialmente em plataformas digitais.

Pensando nisso e com base na atuação profissional, elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, abordando os impactos dessa decisão na sociedade e os reflexos no exercício da profissão de jornalistas e comunicadores sociais.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

O candidato precisa com coerência dissertar sobre o assunto e pode levar em consideração que uma decisão como essa tenha reflexo na justiça como um todo, porém embora determine uma tese essa mesma tese apresenta brechas, que são:

1. *Dolo e culpa grave – a decisão não estabelece conceitos claros do que são dolo ou culpa grave bem como o que é considerado uma apuração rigorosa, o que resulta em interpretação judicial subjetiva.*
2. *Tempo de direito de resposta – o julgado não estabelece o que é considerado tempo adequado de resposta, se o acusado dever ter espaço igual aquele que foi usado pelo acusador.*
3. *Indícios concretos – a tese também não conceitua com que são indícios concretos e não estabelece critérios de apuração mínimo aceitável, isso pode levar a alegações por parte dos veículos que não houve tempo suficiente ou informações suficientes para concluir a apuração.*
4. *Equilíbrio entre liberdade de imprensa e direito à honra – também se trata de uma ponderação subjetiva e que pode resultar em julgados diferentes em regiões distintas do país aumentando a insegurança jurídica e incentivar censura prévia.*

Essas mesmas brechas podem alimentar ativismo judicial ou estimular litígios constantes, inclusive por qualquer desavença. O candidato pode dissertar também sobre desestímulo a reportagens investigativas, denúncias de escândalos ainda em investigação, a necessidade premente do congresso nacional legislar sobre o tema derrubando a atual tese, sobre perseguição de desafetos, seja por parte da imprensa contra terceiros bem como de terceiros contra veículos de imprensa e jornalistas.

CARGO: CONTADOR**QUESTÃO 01**

A ciência contábil no Brasil vem passando por significativas transformações rumo à convergência aos padrões internacionais. O processo de evolução da contabilidade do setor público deve ser analisado de forma histórica e

contextualizada com o próprio processo de evolução das finanças públicas. Nesse sentido, o primeiro marco histórico foi a edição da Lei nº 4.320/1964, que estabeleceu importantes regras para propiciar o controle das finanças públicas, bem como a construção de uma administração financeira e contábil sólidas no País, tendo como principal instrumento o orçamento público. Entre suas disposições, a norma define os principais demonstrativos contábeis exigidos, os princípios orçamentários que orientam a gestão fiscal, bem como o conceito e a classificação das receitas e despesas públicas. Dessa forma, pautando-se na Lei Federal nº 4.320/1964 e utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, elabore uma redação que defina e explique os Princípios Orçamentários expressos na Lei nº 4.320/1964; Conceitue Receita Corrente e Receita de Capital, evidenciando a classificação e tipos de cada uma dessas receitas, conforme dispõe o artigo 11 da norma; Conceitue Despesa Corrente e Despesa de Capital, evidenciando a classificação e tipos de cada uma dessas despesas, conforme dispõe o artigo 12 da norma e conceitue e caracterize os Balanços exigidos e expressos na norma.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

A Lei nº 4.320/1964 evidencia, em sua redação, expressamente os princípios da Unidade, Universalidade e Anualidade. O princípio da Unidade estabelece que cada ente da Federação deve possuir apenas uma Lei Orçamentária Anual (LOA), abrangendo todos os seus Poderes. O princípio da Universalidade, por sua vez, determina que o orçamento deve conter todas as receitas e todas as despesas do ente público. Já o princípio da Anualidade dispõe que o orçamento deve vigorar por um exercício financeiro, correspondente a um ano civil.

No tocante às receitas, o artigo 11 da Lei nº 4.320/1964 classifica-as em correntes e de capital. As receitas correntes são aquelas arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentando as disponibilidades financeiras do Estado e constituindo instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentárias, com vistas a satisfazer finalidades públicas. Subdividem-se em: tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes. Já as receitas de capital são provenientes da constituição de dívidas ou da conversão, em espécie, de bens e direitos, classificando-se em operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências de capital e outras receitas de capital.

Quanto às despesas, o artigo 12 da mesma lei também as classifica em correntes e de capital. As despesas correntes englobam aquelas voltadas à manutenção das atividades públicas já existentes, compreendendo as despesas de custeio e as transferências correntes. Por sua vez, as despesas de capital são aquelas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital, sendo classificadas em investimentos, inversões financeiras e transferências de capital.

Por fim, a Lei nº 4.320/1964 exige a elaboração de balanços que evidenciem a situação financeira, orçamentária e patrimonial do ente público. O Balanço Orçamentário apresenta a execução das receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. O Balanço Financeiro demonstra as receitas e despesas orçamentárias e extraorçamentárias, além dos saldos de exercícios anteriores e a transferir. O Balanço Patrimonial apresenta o Ativo e o Passivo Financeiro, o Ativo e o Passivo Permanente, o Saldo Patrimonial e as Contas de Compensação, proporcionando uma visão completa da situação patrimonial da entidade pública. Já a Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações no patrimônio público, resultantes ou não da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício.